



Griot: Revista de Filosofia

ISSN: 2178-1036

griotrevista@gmail.com

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Brasil

Santana De Mendonça, Eliane
O útil e a obra de arte em Marx e Heidegger
Griot: Revista de Filosofia, vol. 2, núm. 2, 2010, pp. 74-81
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.31977/grirfi.v2i2.475>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576665141007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

O ÚTIL E A OBRA DE ARTE EM MARX E HEIDEGGER

Eliane Santana De Mendonça¹
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

RESUMO:

O trabalho elabora uma comparação entre os pensamentos de Karl Marx e Martin Heidegger no que tange à questão do útil. Em seguida propõe uma reflexão sobre como as diferenças entre os dois filósofos neste tema implica em distintos posicionamentos em relação à obra de arte. O objetivo do trabalho é apontar pontos de convergência e divergência entre os pensamentos destes filósofos em relação aos temas propostos.

PALAVRAS-CHAVE: Marx; Heidegger; Valor de uso; Obra de arte.

UTILITY AND THE WORK OF ART IN MARX AND HEIDEGGER

ABSTRACT:

The following work compares the idea of utility in the thoughts of Martin Heidegger and Karl Marx. It, then, proposes a reflection on how the differences of each philosopher on the subject of utility implicated in distinct opinions on the issue of the work of art. Our main objective is to emphasize points of convergence and divergence between their thoughts on the proposed themes of analysis.

KEYWORDS: Marx, Heidegger; Value of use; Work of art.

Introdução

O presente trabalho pretende elaborar uma relação entre os pensamentos de Marx e Heidegger sobre a questão do útil e tenta explorar os desdobramentos destas reflexões na postura dos dois filósofos em relação à obra de arte. Primeiramente, analisaremos o conceito de “valor de uso”, tratado por Marx no primeiro capítulo de “O Capital” enfatizando a influência aristotélica na formulação do mesmo. A partir daí, exporemos brevemente a reflexão sobre o útil elaborada por Heidegger em “Ser e Tempo” e em “A Origem da Obra de Arte” e assinalaremos pontos em que o pensamento dele se relaciona com os escritos de Marx. Por fim, tentaremos apontar

¹ Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia – Brasil. E-mail: milafilosofia@gmail.com

como as divergências dos autores em relação à questão do útil se reflete na maneira distinta como ambos os filósofos encaram a obra de arte.

O valor de uso em Marx

A questão do valor de uso é o ponto de partida da análise da mercadoria, que compõe a primeira parte do “O Capital”. Para o filósofo, o valor de uso é a célula primordial de valor a partir do qual, em princípio, derivaria a forma de valor ou valor de troca. A partir desta derivação, Marx procura expor o processo de autonomização do valor em suas formas na sociedade capitalista: primeiro na mercadoria, depois no dinheiro e, finalmente, capital. O fim subjetivo do capitalista é a valorização do valor e Marx questiona como é possível que o valor valorize-se por si. Embora o que interessa para nosso trabalho seja compreender de onde parte, no pensamento de Marx, a noção do útil, que ele chama de valor de uso, e não todo o caminho da valorização, percebe-se desde já, a importância dada pelo filósofo ao valor de uso como fundamento da sua teoria econômica.

Nota-se também que este caminho é similar ao que Aristóteles faz no terceiro capítulo de “A Política”, na tentativa de distinguir a economia da “ciência da indústria e do pequeno comércio”, a partir da diferença entre riqueza e acumulação de dinheiro. O que constitui a verdadeira riqueza para Aristóteles é a quantidade de coisas úteis e necessárias à vida, e a economia é essencial na medida em que tal reflexão pode levar à melhor distribuição dos bens que são indispensáveis à existência dos homens.

Assim como Aristóteles, Marx parte da coisa enquanto mercadoria, fundamento da troca e da riqueza econômica. Por suas propriedades, a mercadoria satisfaz necessidades humanas. Para o filósofo, “a utilidade de uma coisa faz dela [a mercadoria] um valor de uso. Mas, essa utilidade não é algo aéreo. Determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria, só existe através delas.” (MARX, 1989, p. 42) A utilidade da mercadoria mora em suas propriedades materiais. Embora em outro momento Marx chegue a afirmar que “O produto recebe seu acabamento final no consumo” (MARX, 1974, p.109), está claro que, para ele como para Aristóteles, o cerne do valor de uso está no próprio objeto e em sua capacidade intrínseca de satisfazer determinada necessidade.

Marx nota que estas necessidades variam historicamente, mas não o caráter duplo da mercadoria: suas qualidades determinam seu valor enquanto útil (valor de uso) e quantidade de mercadorias determinará a possibilidade de troca com outros produtos úteis. Deste modo, objetos como tecido, ferro, madeira são, cada um deles, um conjunto que possui propriedades e modos diferentes de utilização que variam de acordo com as mudanças nas sociedades ao longo do tempo. Assim, os diversos modos de usar as coisas e a invenção de medidas socialmente aceitas para quantificar as coisas, são atos históricos, convenções históricas. A utilidade é, portanto, variável e aberta.

Este caráter duplo também tem sua raiz na “Política” de Aristóteles, que usa o exemplo de um calçado para resumir as duas maneiras de se fazer uso de uma coisa:

“O calçado pode ser posto nos pés ou ser usado como um meio de troca.” (ARISTÓTELES, 2008, p.19). A troca possui seu fundamento na própria natureza, porque os homens possuíam muitas ou poucas quantidades de coisas que são indispensáveis para a vida. Tudo o que se possui pode ser transformado em objeto de troca, porém Aristóteles repudia o tipo de troca que não seja segundo as necessidades de cada comunidade. A riqueza, para o filósofo, não pode estar separada de uma vida ética cuja finalidade última é a busca pela felicidade. Para termos uma existência feliz, então, não precisamos de nada a mais ou a menos do que seja útil à vida.

Para Marx, contudo, as necessidades não são apenas básicas, fisiológicas, mas seus desejos, suas fantasias. Com isso, o filósofo amplia radicalmente o espectro das utilidades, que passa a abarcar, dentre outros ‘produtos’, a arte. Assim, Marx expande, mas segue a concepção aristotélica de coisa como algo dotado de matéria e forma que adquiriu predomínio na história da filosofia. Ela tem sua origem na determinação em que tudo o que existe ou que se produz deve ter uma utilidade. Deste modo, um valor de uso só se realiza enquanto tal na sua utilização.

O útil em Heidegger

O útil é designado por Heidegger, em “Ser e Tempo”, “utensílio” ou “instrumento de uso”, “Aqui, o ente não é objeto de um conhecimento teórico do mundo e sim o que é usado, produzido etc.” (HEIDEGGER, 2009, p.115). Os utensílios possuem serventia (utilidade), ou seja, eles foram feitos ou produzidos para servirem para algo. Deste modo, ele concorda com Aristóteles e Marx quando estes últimos afirmam que “o sapato serve para calçar os pés”. O sapato é composto de matéria e forma, e o material do qual é composto foi escolhido em função do uso preciso a que este utensílio se destina. O modo do homem lidar no mundo e com os entes se dispersa numa multiplicidade de modos de ocupação. O modo mais imediato de se relacionar e descobrir no mundo é a ocupação que se dá no manuseio e uso. A compreensão do ser pertence ao homem e se mostra sempre no seu modo de lidar com o ente, seja com as coisas ou com os utensílios. Na ocupação com o utensílio martelo, por exemplo, no martelar é que aparece sua utilidade. O martelo nem é mais visto, só a utilidade, ou seja, o próprio martelar é que descobre o uso do martelo. Somente no uso, os utensílios são o que são.

Porém este uso, esta serventia, repousa na “fiabilidade”. Essa palavra significa a confiança que o homem tem no útil. O sapato é confiável na medida em que serve para proteger os pés, como se tornasse a extensão dos próprios pés. O uso é apenas a consequência essencial da confiança. O útil é usado e desgastado, tornando-se habitual. Na confiança, no uso habitual dos objetos úteis, nem percebemos o que é o útil. Quando, por exemplo, o nosso sapato rasga, quando ele deixa de ser útil, é que percebemos sua utilidade. Quando nos falta é que vemos sua importância enquanto útil. Para Heidegger, assim como para Marx, a utilidade de algo pode variar de acordo com a história. Algo que é útil numa época, pode não ser em outra.

Vale destacar que Heidegger diferencia o útil dos outros entes. Tudo o que existe, que está aí, é chamado de ente. Os entes se dão ou acontecem de modos

diferentes e variados. O modo de ser do ente homem é diferente do modo de ser do ente obra de arte, por exemplo, que é diferente do útil e da coisa. O útil é o ente que é produzido para servir para algo. Os entes ou as coisas que não foram produzidos pelo homem são diferentes dos objetos úteis, mesmo quando o homem põe uma utilidade. O que é fundamental no útil, segundo Heidegger, é que, na sua produção, a serventia é projetada e, a partir dessa projeção é que é pensada a matéria e a forma. “O produto é fabricado como utensílio para algo. Consequentemente, matéria e forma, enquanto determinações do ente, estão radicadas na essência do utensílio.” (HEIDEGGER, 2002, p. 22). Assim, determinar o útil enquanto matéria que contém uma forma e que possui uma serventia cabe bem ao útil, porém, essa determinação não é suficiente para definir outros entes como as coisas e a obra de arte. Também a descrição das propriedades de uma coisa é insuficiente para dizer o que ela é.

A definição da coisa como matéria que recebeu a marca de uma forma, segundo Heidegger, é um modelo instrumental e utilitário que forma a base do pensamento técnico moderno. Assim, não só os úteis recebem essa definição, mas todos os entes. Em “Sobre o Humanismo”, Heidegger afirma que “a essência do materialismo não está na afirmação de que tudo é apenas e somente matéria e sim numa determinação metafísica, segundo a qual todo o ente aparece como material de trabalho.” (HEIDEGGER, 1967, p.64). Para o filósofo, Marx concebe as coisas, os entes, apenas como produtos do trabalho, ou seja, como mercadorias. Estas cristalizações de trabalho humano só teriam valor quando houvesse trabalho contido nelas, o que implica em afirmar que todo o trabalho teria que, necessariamente, ser útil e produzir coisas úteis.

Segundo Heidegger, a essência do materialismo se esconde na essência da técnica moderna que transforma todas as coisas existentes na natureza em objetos disponíveis. Ou seja, a técnica moderna lida com os entes como disponibilidade, como um material que está aí para ser usado. Embora Marx e Heidegger concordem quanto à natureza da utilidade e sua historicidade, bem como quanto ao processo de materialização do útil em suas propriedades, há uma divergência fundamental, visto que Heidegger rejeita a noção de Marx, que considera as coisas, os entes, apenas a partir do viés de sua utilidade.

O útil e a obra de arte em Marx e Heidegger

Cabe agora pensar como estas concordâncias e diferenças formam perspectivas distintas na análise da obra de arte. A maior dificuldade para esta comparação reside no fato de que, enquanto Heidegger deixou em sua bibliografia um texto definitivo sobre este assunto, “A Origem da Obra de Arte”, as menções de Marx à atividade artística são escassas e esparsas. É certo que ele se interessava pela arte e utilizou exemplos ‘artísticos’ em seus textos mais importantes. Ainda assim, são menções fragmentadas, sem que haja uma reflexão mais detida do autor sobre o assunto. Optamos por ampararmos nossas considerações nas menções à arte presentes em “Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política”, na análise do trabalho produtivo e improdutivo dos “Manuscritos de 1861 a 1863” e na

célebre passagem de Engels sobre a mão, presente em “O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem”.

A obra de arte em Marx

Para Marx, que segue os passos de Aristóteles, as sociedades produzem objetos úteis destinados à satisfação das necessidades humanas, quaisquer que sejam elas. A natureza está encarregada de fornecer os materiais que pelo trabalho o homem converte em riqueza. Engels propõe que a riqueza da arte, no que concerne à sua prática, estaria em condensar em si milênios de aperfeiçoamento evolutivo que seriam também produto do trabalho humano. Objetos de arte parecem ter poderes mágicos, porque são capazes de proporcionar uma fruição nas pessoas que apreciam e mostram o grau de perfeição atingida pelo homem após gerações de trabalho:

Unicamente pelo trabalho, pela adaptação (...) dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pôde dar vida, como por artes de magia, aos quadros de Rafael, às estátuas de Thorwaldsen e à música de Paganini. (ENGELS, 1990, p. 27)

Embora não se possa saber em que medida Marx concordava com a proposição evolutiva de Engels, é certo que, para o filósofo, a produção artística faz parte da divisão social do trabalho. Deste modo, a obra de arte é, também, produto do trabalho humano, portanto objeto de valorização ao menos em termos de valor de uso. A produção artística, a arte, existe, afirma Marx (1980, p.403), para satisfazer nossas necessidades estéticas. O filósofo vê, portanto, nestas atividades, como em todas as outras atividades humanas, um caráter utilitário.

Enquanto mercadoria, porém, a obra de arte escapa, pelo menos em parte, ao sistema de valorização de materialista, na medida em que a própria arte foge ao processo capitalista. Marx nota este fato ao analisar a natureza mercantil do trabalho artístico:

Resulta em mercadorias, valores de uso, que possuem uma forma autônoma, distinta dos produtores e consumidores (...), tais como livros, quadros, em suma, todos os produtos artísticos que se distinguem do desempenho do artista executante. A produção capitalista aí só é aplicável de maneira muito restrita (...). (MARX, 1980, p. 404)

Marx (1980, p.396) nota também outras tantas contradições entre o processo artístico e o sistema capitalista. Em determinado momento, percebe que o tempo de trabalho não serve como medida na determinação do valor artístico da obra. Sua produção pode levar algumas horas como também alguns anos. Ele percebe que, exceto nos casos em que haja interesses de agenciadores (empresários etc.) em jogo, o trabalho artístico não se enquadra produtivamente no sistema capitalista.

Contudo, mesmo constatando estas contradições entre a razão materialista e a produção da obra de arte, em momento algum o filósofo questiona a natureza útil da obra de arte, exceto, talvez, num momento de perplexidade em que tenta entender seu próprio apreço pelas obras do passado:

A dificuldade não está em compreender que a arte grega e a epopéia estão ligadas a certas formas de desenvolvimento social; está sim no fato de nos proporcionarem ainda um prazer estético, e de serem para nós, em certos aspectos, uma norma e até um modelo inacessíveis. (MARX, 1974, p.125)

Desconcertado pela própria questão, Marx responde de modo inconclusivo, evocando uma certa nostalgia social em relação às culturas do passado, similar à lembrança que um adulto sente dos tempos de criança.

A obra de arte em Heidegger

Heidegger concorda com Marx que o útil é matéria dotada de uma forma e que esta definição é extraída da sua essência, ou seja, o útil é feito de acordo com a sua serventia. O que faz o útil ser útil é o seu uso, porque ele foi feito para servir. Porém, essa definição é insuficiente para a obra de arte. Esta possui uma posição intermediária entre a coisa e o útil. Heidegger afirma: “Mas a obra não é um utensílio que além de ser isso, esteja provido de um valor estético que se lhe adere.” (HEIDEGGER, 2002, p.35). O que está em processo na obra de arte é o acontecimento da verdade do ser. Não que a verdade só aconteça na obra ou na arte, a verdade acontece de vários modos e um desses modos é na arte. “Pois o ser-obra da obra está a ser, e só está a ser, em tal patenteação originária. Dissemos que, na obra, está em obra o acontecimento da verdade.” (HEIDEGGER, 2002, p. 38). É bom destacar que verdade em Heidegger significa manifestação, desvelamento de ser, ainda sem juízos de valor, depois é que a verdade acontece como falsa ou verdadeira.

Para Heidegger, a obra de arte existe independentemente do processo de capital. Ela faz parte do processo de criação do homem, que nem sempre está ligado à utilidade. A obra de arte revela o mundo poeticamente, é como um jogar poeticamente com o mundo. A produção da obra de arte difere-se, pois, da produção dos objetos úteis, já que o útil coloca em serviço o material que o constitui de modo que este desaparece em sua utilidade. Na obra de arte o material não desaparece, pelo contrário, aparece pela primeira vez. Uma escultura revela não somente a representação de um corpo, mas também a pedra (mármore) retirada da natureza. A pedra ganha uma nova significância, um novo modo de ser, quando é transformada em obra de arte. Nesse sentido, ela é reveladora da natureza e de sua própria natureza, e não reveladora da matéria. A obra de arte é o próprio ser se revelando, sua própria verdade acontecendo. “A verdade vem a ser, sendo ela mesma ao modo da obra, no meio do ente.” (HEIDEGGER, 2002, p. 92). Assim, sua função, sua serventia não é mais do que o seu aparecimento, seu desvelamento. Desse modo, ela não tem uma utilidade precisa.

Além de se revelar e de revelar a natureza, a obra de arte revela a verdade de um povo, de um momento histórico. Aqui, podemos perceber um ponto de concordância entre Marx e Heidegger: uma vez que a obra de arte está situada numa época da história, ela pode nos remeter a um momento histórico. Ela não existe fora de seu contexto histórico. A obra é abertura de possibilidades de manifestação de verdades epocais. Assim, as verdades ganham expressão na obra de arte.

Conclusão

Do que foi exposto, podemos apontar que há acordo entre Heidegger e Marx em considerar que os úteis são produzidas para servirem, para uma finalidade, para uma utilidade. Porém, para Heidegger, isso não cabe à obra de arte, porque esta possui uma instância ontológica. Heidegger discorda do ponto de vista marxista-aristotélico que vê todas as coisas sob o viés da sua utilidade, materialidade. Entretanto, ele concorda com Marx na medida em que considera que o ser se dá junto com tempo, ou seja, cada época tem o seu modo de desvelar ser. Na modernidade do final do século XIX, o pensamento técnico parece chegar ao seu extremo. Isso se reflete no pensamento de Marx que, como nenhum outro, consegue captar as vicissitudes de seu momento histórico, mas, para Heidegger, não ultrapassa os paradigmas impostos pelo pensamento técnico.

Segundo Heidegger, a técnica possui o modo de lidar com as coisas, transformando tudo em objetos disponíveis, encobrindo o ser dos entes, retirando suas várias possibilidades de se mostrar. Ou seja, deixamos de ver as coisas de outros modos novos possíveis. E quando colocamos a obra de arte sob esse pensamento técnico, acabamos por limitá-la, esvaziamos as suas possibilidades de abertura, de verdades. Assim, ela acaba se transformando em uma peça que serve apenas para enfeitar ou para causar fruição. O pensamento da técnica domina todas as instâncias e promove uma realidade já dada, determinada e não passível de ser questionada em seu ser.

É assim que Heidegger percebe a sua época, com um esvaziamento de pensamento essencial, como a época do “esquecimento do ser”. Por outro lado, pode-se também observar, sob o ponto de vista da filosofia de Marx, que o apelo heideggeriano, também histórico, a um pensamento que não esqueça o ser tende a subestimar as instâncias sociais da existência e idealizar o fazer artístico.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *A política*. Rio de Janeiro: Edipro, 2008.

ENGELS, Friederich *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. São Paulo, SP : Global, 1990.

MARX, Karl. *O capital*. Trad. Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____, Introdução à crítica da economia política In: *Para a crítica da economia política*: São Paulo: Abril, 1974 [Coleção Os Pensadores].

_____, *Teorias da mais valia*: Vol I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____, *Sobre o humanismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

_____, *Caminhos de floresta*. In: *A Origem da Obra de Arte*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.